

INTERPRETAÇÃO SOCIOESPACIAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA PELA TEORIA DE CHRISTOPHER ALEXANDER

SOCIO-SPATIAL INTERPRETATION IN TRADITIONAL COMMUNITIES IN THE AMAZON THROUGH THE THEORY OF CHRISTOPHER ALEXANDER

IZABEL CRISTINA MELO DE OLIVEIRA NASCIMENTO, ANA KLÁUDIA DE ALMEIDA VIANA PERDIGÃO

RESUMO

As comunidades tradicionais da Amazônia, em seu cotidiano, realizam práticas espaciais que reproduzem seus aspectos culturais, sociais e ancestrais. Portanto, essas comunidades são analisadas, aqui, a fim de evidenciar seu modo peculiar de morar no que diz respeito ao espaço habitado socialmente construído. Uma interpretação socioespacial foi realizada no Furo do Nazário, Pará, Brasil, e na Ilha de Sababa, Maranhão, Brasil, utilizando-se as Propriedades Fundamentais e Linguagem de Padrões, de Christopher Alexander, como base teórica e instrumental de análise, com destaque para os aspectos de conexão e de contraste. Identificou-se, assim, que a relação entre o espaço edificado e o seu uso é particular e representativo de cada agrupamento. Contudo, alguns elementos evidenciam a existência de semelhanças coerentes, o que possibilita a caracterização da moradia tradicional na Amazônia. O ambiente habitado é a expressão da necessidade espacial de seus usuários, e se edifica na prática do conhecimento herdado e no cotidiano relacionado ao seu território.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço habitado. Modo de habitar tradicional. Moradia amazônica. Particularidade Regional. Representação espacial.

ABSTRACT

The traditional communities of the Amazon, in their daily lives, perform spatial practices that reproduce their cultural, social, and ancestral aspects. Therefore, they're analyzed in this study to highlight their peculiar way of living with regard to the socially constructed inhabited space. A socio-spatial interpretation was carried out at Furo do Nazário, Pará, Brazil, and Ilha de Sababa, Maranhão, Brazil, using Christopher Alexander's Fundamental Properties and Pattern Language as a theoretical and instrumental basis of analysis, with emphasis on the aspects of connection and contrast. Thus, it was identified that the relationship between the built space and its use is particular and representative of each group. However, some elements show the existence of coherent similarities, which makes possible the characterization of traditional housing in the Amazon. The inhabited environment is an expression of the spatial need of its users, and is built on the practice of inherited knowledge and in the daily life related to its territory.

KEYWORDS: Inhabited spaces. Spatial representation. Traditional ways of living. Amazonian housing. Regional Particularity.

INTRODUÇÃO

OS POVOS E COMUNIDADES tradicionais da Amazônia têm demonstrado um modo de habitar peculiar e distinto daquele descrito pelas teorias estudadas no campo da arquitetura e urbanismo. Na relação estabelecida com o ambiente construído, observa-se a reprodução de seus aspectos culturais, sociais e ancestrais, demandando o desenvolvimento de uma análise socioespacial relacionada às comunidades existentes no vasto território delimitado como Amazônia Legal¹. Dentro do campo das relações espaciais, além daquelas estabelecidas entre as pessoas e seu entorno natural, o aspecto socioespacial se manifesta sobre o espaço construído por eles e sobre as soluções encontradas no cotidiano, considerando a relação de uso que cada pessoa estabelece com a edificação que constrói, manifestando-se no espaço habitado socialmente construído.

O território amazônico, expresso na variedade com que os seus habitantes se relacionam com o espaço, tem demandado a mudança de perspectiva no entendimento sobre si, saindo de uma escala macrorregional para as novas territorialidades manifestadas em seu interior (BECKER, 2010). No campo do desenvolvimento econômico, por exemplo, defende-se o que foi pautado em novas iniciativas de organização da produção, surgidas, a partir da década de 1980, em pequenos grupos organizados (LOUREIRO, 2012). Frente à realidade regional plural e diversa da região, convém destacar a necessidade de políticas públicas diferenciadas para as cidades ribeirinhas face às suas particularidades espaciais e territoriais demarcadas pelas vivências cotidianas (TRINDADE JÚNIOR, 2012).

Do mesmo modo, apresenta-se necessário o estabelecimento de um campo investigativo da moradia tradicional amazônica para a compreensão de cada aspecto desses temas complexos: a habitação e a região. A territorialidade é expressa em níveis, e cada um deles possui uma grandeza de análise que possibilita a compreensão de práticas espaciais (BECKER, 2010). Tratando-se da escala do edifício, esse olhar possibilita a busca do entendimento sobre as expressões e os interesses pessoais na tomada de decisão sobre como materializar a moradia pretendida, em resposta ao repertório pessoal e aos desafios encontrados na realidade de seu próprio contexto vivido.

Os estudos de Alexander *et al.* (1977, 2002) possuem esse olhar sobre o uso do espaço construído e a relação que as pessoas estabelecem com esse lugar. Ao defender que qualquer pessoa está apta a construir um ambiente para si (ALEXANDER *et al.*, 1977), o autor destaca o entendimento assertivo que o usuário tem sobre suas próprias necessidades e de como os ambientes devem se relacionar dentro da experiência de uso que a pessoa almeja ter.

Assim sendo, pretende-se interpretar, fundamentando-se na teoria desenvolvida por Christopher Alexander, as representações espaciais de uso do espaço edificado, manifestadas no espaço doméstico, em duas comunidades tradicionais da Amazônia Legal: a comunidade de Furo do Nazário, em Barcarena (PA), e a comunidade da Ilha de Sababa, em Turiaçu (MA). Objetiva-se contribuir na produção de

conhecimento sobre esses modos de morar, ampliando a compreensão de como se produzem espaços relacionados ao cotidiano de uso já estabelecido em um lugar.

COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA

A realidade regional amazônica foi construída no convívio harmônico entre os homens que nela habitam e a natureza que a compõe (LOUREIRO, 2015). Desse cotidiano, agrupamentos humanos se estabeleceram, formando comunidades conhecidas atualmente como tradicionais, referindo-se a uma unidade, diferenciada e concordante, formada a partir da proximidade física e ancestral e pela crença subjetiva das pessoas que a compõem de fazer parte de um todo comum (LIFSCHITZ, 2011). Ela se caracteriza por atividades econômicas familiares e de pequena escala, pelo estabelecimento de uma relação estreita da comunidade com a natureza do entorno, com diferentes usos dos recursos naturais e pelo extrativismo vegetal e animal, com respeito à sazonalidade imposta pela natureza (STOLL *et al.*, 2019).

Suas práticas resultam do seu saber social (LOUREIRO, 1992), com representações relacionadas ao cotidiano simples, mas resultante de um acúmulo de saber propiciador do modo como se articulam com a natureza. Em sua relação com o entorno, elas possuem usos já estabelecidos pelo dia a dia que distam do modo como são concebidos formalmente os espaços (TRINDADE JÚNIOR, 2012). Um lugar representativo das particularidades e demandas locais, distinto da reprodução espacial de outras localidades e esses significados é representativo das novas territorialidades na Amazônia (BECKER, 2010), contribuindo no entendimento e no comprometimento com as relações socioespaciais que cada agrupamento estabelece no uso do ambiente construído.

As comunidades ribeirinhas, por exemplo, estabelecem uma relação significativa com o rio, o que engloba aspectos materiais, funcionais, lúdicos e simbólicos (TRINDADE JÚNIOR *et al.*, 2011).

Isolada por muito tempo do restante do Brasil e da América Latina, a vida tradicional amazônica se manteve singular e distante da influência de outros modos de morar no Brasil, permitindo a manutenção da sua identidade (LOUREIRO, 2015). Na faixa costeira, ao norte da Amazônia Legal, muitas dessas comunidades estão implantadas em ilhas, só podendo ser acessadas através de embarcações, estabelecendo um cotidiano com as cidades próximas apenas para venda de produção excedente advinda da pesca, do extrativismo e do plantio. Cada qual tem suas próprias tradições, sua história particular, suas variações especiais do modo de vida, o que evidencia a necessidade de se compreender os elementos semelhantes nesses vários agrupamentos, mas também as particularidades de cada comunidade, mantendo a atenção às representações socioespaciais no uso do espaço edificado.

Nesse contexto, a tradição na produção do ambiente construído na Amazônia se relaciona com a necessidade de compreender seus fluxos de água e a relação entre o ambiente construído e o ser humano, todos entrelaçados

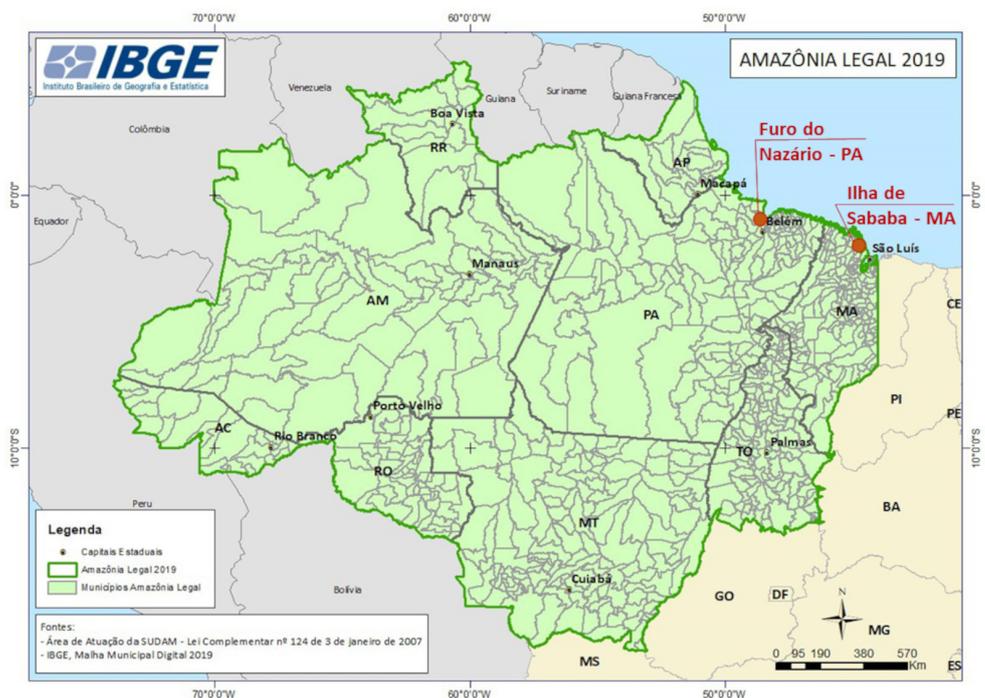
ao cotidiano dos rios, lagos, igarapés, igapós e marés. Essa parte do planeta abriga, em seus estuários, trechos de floresta, com enchentes e vazantes contendo ecossistemas de várzea, manguezais e terra firme (CASTRO, 2019). Esse autor descreve as mudanças de paisagens nas ilhas do estuário do Rio Amazonas, observando a moradia das famílias ribeirinhas, localizadas às margens dos rios, na foz de igarapés e de furos, construídas em madeira e com trapiches, para atracarem suas embarcações, pensada e executada pelos próprios moradores em um processo de autoprodução feito a partir de técnicas construtivas tradicionalmente herdadas, em que a tomada de decisão se dá na experiência adquirida pelo cotidiano de uso de espaços já construídos.

O recorte investigativo deste artigo para o estudo do ambiente construído em comunidades tradicionais amazônicas será feito a partir das localidades Furo do Nazário (PA) e Ilha de Sababa (MA). Essa escolha se deu porque ambas as comunidades são costeiras, alagáveis, têm sua localização em ilhas, onde o único acesso se dá pelo rio, e por estarem inseridas no território brasileiro delimitado como Amazônia Legal. Ambas presenciam durante o ano uma mudança natural no entorno da edificação pelo avanço das águas, suas edificações são do “tipo palafita amazônica” (MENEZES, 2015; MENEZES; PERDIGÃO; PRATSCHKE, 2015; PERDIGÃO, 2016), relacionadas ao fato de serem afetadas pela variação de nível nas águas dos rios que as circundam.

Por fim, os dois agrupamentos humanos estudados são tradicionais e com métodos construtivos ainda pouco influenciados pelo contexto urbano. Nos dois casos, as decisões sobre o projeto das edificações se dão em função das cheias dos rios, todavia a sazonalidade e o nível dessa cheia é que as diferem, por causa da localização em relação às áreas que compõem a Amazônia Legal brasileira, pois uma fica no Pará e a outra, no Maranhão (Figura 1). As

FIGURA 1 – Localização das comunidades estudadas em relação à Amazônia Legal.

Fonte: Adaptado pelas autoras com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).



diferenças que podem ser identificadas tanto em relação às águas quanto em relação ao contexto cultural de cada estado se justificam na busca por elementos que tornam um lugar peculiar e carregado de identidade.

As localidades também possuem diferenças entre si relacionadas ao tipo de solo em que estão implantadas: o Furo do Nazário é uma comunidade do tipo ribeirinha, estabelecida em terreno de várzea, enquanto a Ilha de Sababa é do tipo praiana, consolidando-se em área com regimes alternados de enchente e terra firme.

FURO DO NAZÁRIO, BARCARENA (PA)

A comunidade ribeirinha de Furo no Nazário está localizada na Ilha das Onças e faz parte do município de Barcarena, no estado do Pará. A ilha está localizada na Baía do Guajará, a oeste da cidade de Belém (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017), onde moram, ao longo da margem do furo e de trechos da ilha, banhados pela baía, aproximadamente de “100 a 150 famílias” (FERREIRA, 2016, p. 27). Segundo Torres (2010, p. 53), o Furo do Nazário “[...] é o canal que liga o Rio Piramanha à Baía do Guajará em frente à Belém. É um corpo d’água sinuoso e estreito o suficiente para somente permitir a passagens de barcos maiores na maré cheia”. Por estar localizada em uma ilha, o acesso e o deslocamento dos moradores da comunidade só são possíveis com o uso de embarcações.

Acostumados ao modo de morar em terreno alagável, os moradores constroem suas moradias culturalmente pensadas considerando as variações da maré. Segundo Anderson *et al.* (1985), a comunidade desempenha atividades adaptadas às condições ambientais características da Ilha das Onças, como as variações diárias das marés durante a estação chuvosa, inundando grande parte da ilha, e marés mais altas quando toda a ilha fica sob as águas. Para Stoll *et al.* (2019), as planícies alagáveis da Amazônia são resultado da enchente e da vazante dos rios, e quando localizadas em áreas costeiras e de estuário, recebem também influência da variação das marés. Nessas ocasiões, segundo os autores, as casas ficam “ilhadas” e os moradores conseguem se locomover apenas utilizando embarcações. Assim, por “[...] compreender as características e as temporalidades das suas paisagens” (STOLL *et al.*, 2019, p. 29) é que o morador dessas regiões constrói edificações e passeios acima do nível mais alto da água, considerando essa dinâmica (Figura 2).

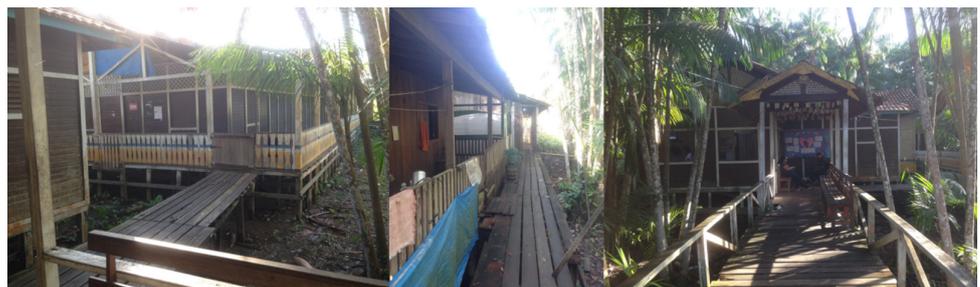


FIGURA 2— Edificações e caminhos sobre estacas de madeira (estivas) em Furo do Nazário.

Fonte: Acervo pessoal das autoras (2019).

ILHA DE SABABA, TURIAÇU (MA)

A região onde está localizada a Ilha de Sababa pertence atualmente ao município de Turiaçu (MA). O município tem sua localização descrita no estado do Maranhão, mais especificamente na Mesorregião do Oeste Maranhense, Microrregião de Gurupi (MATOS, 1990; CORREIA FILHO, 2011). Apesar de a maioria das fontes bibliográficas descrever sua localização dessa maneira, para o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (2018), o município está localizado ao norte do estado do Maranhão, no Vale do Turiaçu, Microrregião da Baixada Maranhense. Contudo, é consenso que “[...] esta região é caracterizada por ser uma área de campos alagáveis, tesos, lagos sazonais e perenes, com economia derivada da pecuária extensiva e da pesca principalmente” (INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS, 2018, p. 61), sendo constituída pelo Bioma Amazônia e Sistema Costeiro (DATAIMESC, 2020).

A comunidade possui um período chuvoso, de janeiro a junho, e outro seco, de julho a dezembro, havendo precipitação pluviométrica mesmo no período considerado de estiagem (CORREIA FILHO, 2011), com trechos de planície costeira, dominada por um regime de macromarés, “sujeitos a inundações frequentes de água salgada” (CORREIA FILHO, 2011, p. 22).

A Ilha de Sababa fica ao norte da sede de Turiaçu, localizada na Baía do Mutuoca e, por sua característica insular, o acesso à comunidade só é possível com o uso de barcos, não tendo qualquer acesso por terra. Por estar localizada em um trecho costeiro, Sababa sofre a influência das macromarés, por isso as edificações feitas pelos moradores se apresentam suspensas em relação ao nível do solo, com o uso de estacas de madeira. Contudo, por se tratar de uma comunidade localizada em “terra firme”, o acesso a essas edificações e os caminhos por entre elas se dão por terra (Figura 3), e não por pontes de madeira, como encontrado em Furo do Nazário.



FIGURA 3 – Edificações sobre estacas de madeira e acessos por terra na Ilha de Sababa.

Fonte: Acervo pessoal das autoras (2020).

A TEORIA DE CHRISTOPHER ALEXANDER

Na busca pela compreensão acerca das representações espaciais humanas que compõem a tomada de decisão sobre os ambientes construídos na Amazônia, é importante considerar as variáveis de uso comumente presentes na arquitetura.

Kretzer e Saboya (2020) o fazem na investigação sobre a forma da arquitetura e o uso que é dado a ela. No estudo deles, a variedade de uso que se pretende compreender está relacionada à edificação como um todo, quando se observam as aptidões classificadas como Residencial, Comercial, Serviços, Industrial, Institucional e Lazer. Seus resultados norteiam decisões projetuais relacionadas à forma e implantação da edificação em relação à via e ao terreno. Por outro lado, na investigação desenvolvida por Amorim (2019) sobre a planta-tipo do Edifício Barão do Rio Branco, em Recife, a abordagem relacionada ao uso se dá em uma escala orientada ao interior da unidade de habitação. Nessa análise, o autor identifica a dinâmica dos ambientes social, privado e de serviço na tomada de decisão do arquiteto, considerando a relação entre esses espaços. Segundo ele, há uma tomada de decisão do arquiteto considerando as possíveis necessidades dos usuários frente às atividades próprias de cada tipo de cômodo.

Entretanto, além de dados levantados em edificações onde a tomada de decisão parte de princípios formais, ou de relações espaciais previstas pelo projetista, o processo de projeto necessita de informações oriundas da representação espacial estabelecida pelo usuário a partir de sua própria experiência espacial. Os estudos de Alexander *et al.* (1977, 1979, 2002) se dão sob essa perspectiva, compreendendo as representações espaciais da arquitetura já edificada, para identificação das relações que são a essência promotora de “vida” ao ambiente construído.

Essa essência se relaciona com as soluções encontradas pelas pessoas dentro de uma coerência significativa ao modo como elas mesmas usam o espaço. Quando o autor sistematiza padrões edificados (ALEXANDER *et al.*, 1977), ele os descreve como uma possibilidade de solução para aquela situação, visto que a arquitetura precisa estar adaptada à vivência das pessoas. Esse sistema funciona como uma estrutura, que pode ser identificada em sociedades tradicionais, comunidades rurais e nos primeiros assentamentos urbanos, mas à medida que as pessoas se afastam dos conhecimentos tradicionais, elas perdem a capacidade natural de gerá-la (ALEXANDER, 1979). Por isso, seu trabalho se preocupa em identificar os elementos dessa estrutura, para que ela possa ser uma orientação na geração de infinitas soluções coerentes ao modo de vida e identidade de cada indivíduo.

Os elementos não são apenas peças mortas da arquitetura e do edifício, cada uma possui uma vida inteira associada a ela. O nome dos elementos nos faz imaginar e lembrar o que as pessoas fazem com esses elementos, e que a vida acontece em um ambiente com esses elementos. Isso não significa que o espaço cria eventos ou que ele os cause. Em duas culturas as pessoas olham uma mesma coisa de forma diferente, eles possuem padrões diferentes em suas mentes, e, como resultado eles agirão de forma diferente (ALEXANDER, 1979, p. 72).

O espaço edificado e o comportamento humano no uso dele estão inter-relacionados, e o sentimento manifestado por uma pessoa em relação

a um edifício tem influência também no modo como o espaço faz a pessoa se sentir em relação a ela mesma. Partindo desse entendimento, Alexander (2002) reconhece que os padrões sistematizados por ele contribuíam com soluções práticas, mas não com a profundidade necessária de assimilação da relação entre o espaço edificado e seu usuário, em decorrência do próprio reconhecimento de que “os edifícios gerados eram bons, mas não profundos”. Para o autor, os edifícios que tinham vida tiveram seus padrões relacionados na descrição das propriedades fundamentais, identificadas em número de quinze e que se repetiam, demonstrando as “coisas que tem vida”, assim gerando e descrevendo os ambientes coerentes com a dinâmica de uso a que eles são submetidos.

Diferente da estrutura feita pelo autor quando apresentou a linguagem de padrões (ALEXANDER, *et al.*, 1977, 1979), ao invés de ilustrar estruturas, essa obra se preocupou em contribuir com instruções de como projetá-las, de modo que alguns padrões de linguagem foram mencionados, ao final da explicação de cada propriedade, como notas funcionais para lidar com cada tópico. As 15 propriedades fundamentais identificadas por Alexander (2002) são os níveis de escala/os centros fortes/os limites/a repetição alternada/o espaço positivo/a boa forma/a simetria local/o intertravamento profundo e a ambiguidade/os contrastes/os gradientes/a rugosidade/os ecos/o vazio/a simplicidade e a calma interior/a não separação. Elas reorganizam e reforçam o entendimento apresentado nas obras anteriores, descritas como instruções sobre os caminhos para se estruturar um espaço edificado vivo, e partem da compreensão de dados repetidamente observados em coisas existentes, pois as relações estabelecidas entre uso e espaço estão cotidianamente inter-relacionadas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa baseia-se no processo investigativo de interpretação e significado da realidade observada (GROAT; WANG, 2013), decorrente de categorias fundamentadas em conceitos relacionados com situações reais. Assim sendo, foram utilizadas algumas propriedades fundamentais definidas por Alexander (2002) e alguns padrões de linguagem (ALEXANDER *et al.*, 1977) relacionados, pelo autor, às propriedades escolhidas. Elas foram escolhidas com base em visitas exploratórias nos dois locais analisados, refletindo sobre a sua aderência como categorias para descrever a realidade amazônica.

Quando Alexander (2002) definiu as 15 propriedades fundamentais, ele tornou mais operativo o uso da Linguagem de Padrões (ALEXANDER *et al.*, 1977). Ao final da explanação de cada propriedade fundamental, foram listados os padrões que são soluções para se alcançar a respectiva propriedade explicada. Para este trabalho, foram selecionadas três propriedades fundamentais (ALEXANDER, 2002) como categorias, em conformidade com os lugares a serem estudados: repetição alternada, níveis de escala e gradientes.

A repetição alternada trata da importância de que haja um ritmo nos elementos que se repetem na arquitetura, seja com pequenas variações, seja com

alternância de elementos que se repetem, de modo que essa repetição seja “inexata” (ALEXANDER, 2002, p. 169). A categoria níveis de escala aborda a importância dos elementos que compõem a arquitetura de possuírem níveis de escala entre si (ALEXANDER, 2002). Segundo o autor, comportando-se assim, um agrupamento estrutural pode contribuir na intensidade de outro agrupamento, formando um todo arquitetônico coerente. Já a categoria gradientes aborda as qualidades variáveis em cada ambiente e superfície que, quando experimentadas por uma transição gradual entre elas, são recebidas de forma mais positiva pelo usuário (ALEXANDER, 2002).

Para instrumentalização da análise de cada uma dessas categorias a serem observadas em campo, foram selecionados dois padrões de cada agrupamento relacionado por Alexander (2002) com cada uma das propriedades fundamentais escolhidas. Entretanto, para a identificação da propriedade fundamental de repetição alternada, optou-se pelo uso de um padrão proposto por Alexander *et al.* (1977) e uma solução apresentada por Salingaros (2011), em seu estudo sobre a “geometria viva” na arquitetura tradicional, pois essa solução foi elaborada com base nessa propriedade fundamental, relacionando-se diretamente com a categoria que se pretende analisar nas comunidades selecionadas para este estudo.

Entendendo que as relações estabelecidas entre as pessoas e o uso do espaço edificado contribuem com a tomada de decisão sobre o ambiente construído, tanto com elementos identitários de um agrupamento tradicional quanto com aqueles que são peculiares a cada comunidade que fazem parte desse agrupamento, esta pesquisa organizou os instrumentos de análises em grupos representativos de conexão e de contraste entre os locais estudados.

INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE CONTRASTE

Para a categoria repetição alternada (ALEXANDER, 2002) foi considerado como instrumento de análise de contraste o padrão “passeios e destinos” (ALEXANDER *et al.*, 1977). Segundo o autor, esse padrão considera que um percurso é confortável quando ele proporciona uma caminhada sutil entre pontos de interesse das pessoas, e auxiliando a análise dos caminhos estabelecidos entre as casas e suas relações com as edificações.

Quanto à categoria níveis de escala (ALEXANDER, 2002), o instrumento de análise de contraste utilizado foi o padrão “ambiente de entrada” (ALEXANDER *et al.*, 1977), que remete à necessidade natural das pessoas em estabelecer um limite entre o interno e o externo, o que muitas vezes se dá em uma escala de níveis na entrada das casas.

Para a categoria gradientes (ALEXANDER, 2002), foi considerado como instrumento de análise de contraste o padrão “espaço de transição” (ALEXANDER *et al.*, 1977), que destaca a importância de haver uma transição gradual e suave entre o ambiente da rua e o ambiente interno da edificação como elemento que promove o sentimento de tranquilidade no usuário.

INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE CONEXÃO

Dentro das mesmas categorias, é importante também destacar os elementos de conexão entre as edificações tradicionais existentes em lugares diferentes da Amazônia Legal. Sendo assim, para a categoria repetição alternada (ALEXANDER, 2002), foi considerado como instrumento de análise de conexão a solução “variedade nos módulos de repetição”, apresentada por Salingaros (2011) com base nessa propriedade fundamental. Segundo o autor, uma arquitetura se torna mais coerente quando adicionadas a ela pequenas diferenças em sua simetria perfeita. Desse modo, mesmo que ela pareça monótona em uma escala global, essa sensação não se mantém quando observada em uma escala menor.

Para a categoria níveis de escala (ALEXANDER, 2002), foi considerado como instrumento de análise de conexão o padrão “hierarquia dos espaços abertos” (ALEXANDER *et al.*, 1977), que se refere à busca de aconchego fora da edificação, delimitando-se uma área aberta para ser utilizada na contemplação de uma área aberta maior. Esse padrão é considerado arquitetônico, por tornar um espaço externo uma extensão da casa, intermediário a um espaço externo de proporção maior.

Quanto à categoria gradientes (ALEXANDER, 2002), foi considerado como instrumento de análise de conexão o padrão “gradiente de intimidade” (ALEXANDER *et al.*, 1977), que faz referência a soluções arquitetônicas, de forma a garantir que a presença de desconhecidos não seja incômoda, dando-se de forma gradual de acordo com o nível de intimidade que se quer dar ao visitante.

Ao final, as categorias e os instrumentos a serem utilizados para análise e identificação das relações espaciais estabelecidas na arquitetura tradicional amazônica ficaram organizados conforme *Quadro 1*.

QUADRO 1 – Categorias e instrumentos de análise do espaço doméstico em comunidades tradicionais da Amazônia.

Instrumentos de análise	Categorias de análise (ALEXANDER, 2002)		
	Repetição alternada	Níveis de escala	Gradientes
Linguagem de padrões (ALEXANDER <i>et al.</i> , 1977)	Passeios e destinos	X	
	Contraste		X
			X
	Conexão		X
Solução proposta por Salingaros (2011)	Variedade nos módulos de repetição	X	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estabelecidas as categorias e instrumentos de análise, foi feita a seleção das edificações a serem analisadas, para identificação das relações espaciais estabelecidas no espaço doméstico de comunidades tradicionais da Amazônia. O critério de escolha do recorte se deu pela representatividade da edificação em relação à predominância de elementos observada em cada contexto. Foram selecionadas duas habitações em cada comunidade, ou seja, duas casas no Furo do Nazário e duas casas na Ilha de Sababa, conforme *Quadro 2*.

QUADRO 2 – Habitações selecionadas como recorte da análise.

Localidade	Proprietários	
	Casa 1	Casa 2
Furo do Nazário (PA)		
	Casa 1	Casa 2
Ilha de Sababa (MA)		
	Casa 1	Casa 2

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

ELEMENTOS DE CONTRASTE NAS HABITAÇÕES EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA

O primeiro contraste observado está relacionado ao padrão “passeios e destinos” (ALEXANDER *et al.*, 2013), estabelecido pelos moradores de Furo do Nazário. Como habitantes de terreno alagável, eles constroem caminhos sobre estacas de madeira (estivas) que possibilitam o acesso facilitado às outras edificações. Em muitas situações, as casas podem ser acessadas por mais de um caminho. A Casa 2 pode ser acessada pela estiva, que chega à varanda frontal, e um outro caminho que leva à porta da cozinha, localizada ao fundo

da edificação. Na Casa 1, em relação ao acesso ao fundo da edificação, ao invés da estiva dar acesso à cozinha, ela se encerra na varanda lateral. Como essa varanda lateral se liga à varanda frontal, e essa está ligada à estiva que leva ao trapiche onde os barcos são atracados, muitos moradores, que não têm acesso direto ao rio, utilizam a varanda da Casa 1 como extensão dos caminhos públicos (*Quadro 3*). Desse modo, a caminhada pela comunidade se dá de forma sutil, tendo os pontos de interesse interligados, mesmo com a sobreposição do acesso público àquilo que seria considerado privado, pois lá essa definição se dá pelo cotidiano, não por regras preestabelecidas.

QUADRO 3 – Análise de contraste de habitações em comunidade tradicional no Furo do Nazário.

Elementos de contraste nas habitações em comunidades tradicionais da Amazônia		
Padrões de análise	Furo do Nazário (PA)	
	Casa 1	Casa 2
Passeios e destinos		
Ambiente de entrada		
Espaço de transição		

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Contrário a essa realidade, devido à Ilha de Sababa ter um período maior sem alagamento, e apesar de as casas estarem suspensas do terreno por meio de estacas de madeira, os caminhos se dão como ruas em uma cidade, com limites claros entre o público e o privado. A caminhada pela ilha é menos sutil, pois o distanciamento com o que acontece dentro das casas e a inexistência de pontos de interesse ao longo do caminho marcam moradias separadas do contexto público por paredes e cercas (Quadro 4).

QUADRO 4 – Análise de contraste de habitações em comunidade tradicional na Ilha de Sababa.

Elementos de contraste nas habitações em comunidades tradicionais da Amazônia		
Ilha de Sababa – MA		
Padrões de análise	Casa 1	Casa 2
Passeios e destinos		
Ambiente de entrada		
Espaço de transição		

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Com relação ao contraste relacionado ao “ambiente de entrada” (ALEXANDER *et al.*, 2013), as moradias em Furo do Nazário apresentam uma varanda frontal delimitada por guarda-corpos de madeira (*Quadro 3*). Esse padrão destaca a importância de o ambiente de entrada ser amplo, respeitando um nível de escala que se inicia com “[...] um recinto com pouco mobiliário que demarque a entrada e defina o limite entre o interior e o exterior” (ALEXANDER *et al.*, 2013, p. 625). Já na Ilha de Sababa, as moradias não apresentam um ambiente de entrada delimitado e anterior ao ambiente interno da casa, de modo que a porta da sala se abre diretamente para o espaço externo (*Quadro 4*).

Quanto ao estabelecimento de um gradiente, a relação de contraste é encontrada na observação do “espaço de transição” (ALEXANDER *et al.*, 2013). No caso de Furo do Nazário, esse espaço é delimitado de forma física pela edificação, com a construção da varanda frontal (*Quadro 3*), possibilitando que o acesso ao interior da casa se dê de forma suave pela decrescente iluminação e ventilação natural, dando ao interior da casa a sensação de lugar protegido. Em contraste, as edificações na Ilha de Sababa não possuem um espaço de transição fisicamente delimitado, a não ser pela construção da escada de acesso frontal (*Quadro 4*). Contudo, devido ao terreno ser arenoso e desconfortável para pisar, dependendo do “horário do sol”, existe uma transição no acesso à casa proporcionada por palhas que os moradores colocam em frente à edificação. Com isso, fica estabelecido pelo cotidiano um espaço de transição público-privado que, apesar de não proporcionar uma sensação de lugar protegido, garante a transição suave dos pés na caminhada para o interior da edificação.

O modo como o cotidiano orienta o entendimento sobre os caminhos e acessos às edificações que, mesmo entre vizinhos da mesma família, diferenciam-se pela continuidade através das edificações ou contornando-as, leva à reflexão sobre o que as teorias consideram como um percurso “confortável” que, não sendo uma representação universal, difere-se no dia a dia de cada lugar. Em algumas localidades, seria incômodo ter um ambiente privativo atravessado por passantes, contudo, em um outro local, o incômodo sobre isso é inexistente. Essa diferença do modo de vida em cada lugar se expressa também na pretensa obrigatoriedade do estabelecimento de um limite físico entre o que é público e o que é privado. Em alguns lugares, esse limite se dá na construção de uma varanda, mas, em outros, ele vai sendo estabelecido no convívio e entendimento de como cada morador se relaciona com os acontecimentos externos à sua edificação.

A comunidade de Furo do Nazário possui varandas nas habitações que, em alguns momentos do dia, são utilizadas por outros moradores da comunidade como continuidades dos caminhos públicos. Entretanto, essa mesma varanda demarca fisicamente o limite entre o passeio e a moradia. Por outro lado, na Ilha de Sababa, há um distanciamento claro entre os espaços externo e o interno, quando analisados os passeios. Apesar de não possuírem uma varanda frontal como limite físico preestabelecido entre o externo e o interno,

a opção de se fechar a porta de entrada da casa cumpre essa função. Mesmo em se tratando de uma necessidade de um ambiente de transição entre a rua e o ambiente interno, como afirma a literatura, é importante que se avalie e se observe em cada lugar o nível de transição que cada pessoa consideraria necessário.

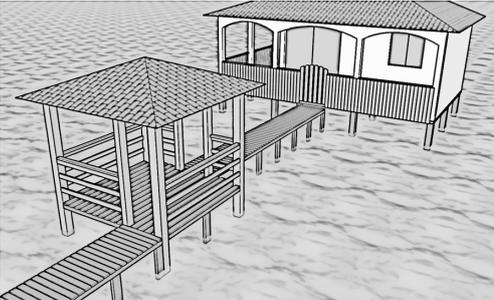
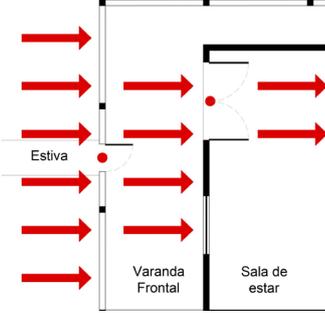
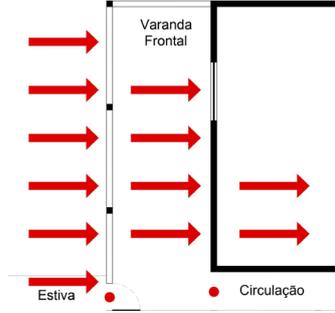
ELEMENTOS DE CONEXÃO NAS HABITAÇÕES EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA

Um elemento importante de conexão está na hierarquia dos espaços abertos: nos dois lugares estudados, esses espaços são utilizados de forma coletiva, mas se relacionam diretamente com as habitações, voltados principalmente para o descanso e a apreciação do entorno natural. Em Furo do Nazário, as casas costumam ter um trecho da estiva que dá acesso ao rio, construído com uma dimensão mais larga. Essa estrutura funciona como uma espécie de “quiosque” (*Quadro 5*), onde os moradores se sentam para descansar e apreciar a natureza. O mesmo acontece na Ilha de Sababa, contudo, por ser uma comunidade em “terra firme”, ao invés de construir uma estrutura, os moradores elegem uma árvore de copa grande como lugar de descanso e apreciação da natureza (*Quadro 6*). Nos dois casos, esses espaços externos se dão como uma extensão da casa, e são utilizados diariamente no cotidiano. Sua hierarquia é estabelecida pela delimitação da área a ser utilizada, buscando, conforme descreve o padrão de Alexander *et al.* (2013), um lugar protegido para as costas (função dada ao guarda-corpo do quiosque, no caso de Furo do Nazário, e do tronco da árvore, no caso da Ilha de Sababa). Enquanto ambiente de extensão da casa, esse espaço externo é intermediário em relação ao espaço fechado da habitação e ao espaço amplo da natureza do entorno.

A relação de conexão entre as localidades se apresenta também na maneira como os moradores estabelecem um gradiente de intimidade (ALEXANDER *et al.*, 2013), que começa na parte externa da casa e avança até a parte mais privativa. Por se tratar de uma comunidade com todos os caminhos traçados sobre a água, em Furo do Nazário, esse gradiente começa no estabelecimento de um limite físico de acesso da estiva à varanda frontal, o portão. Em seguida, tem-se como primeiro cômodo a varanda frontal, para somente depois adentrar o restante da casa (*Quadro 5*). Na Ilha de Sababa, esse primeiro limite se dá no desnível entre o terreno e o nível da casa, pois o visitante precisa subir a escada frontal antes de adentrar a moradia. Apesar da inexistência de uma varanda frontal, o gradiente de intimidade avança na sala pelo deslocamento da porta, que dá acesso ao cômodo seguinte. Assim, uma pessoa parada na porta de entrada não consegue visualizar o restante da edificação; para isso, ela precisaria atravessar todo o cômodo da sala (*Quadro 6*).

Outra conexão identificada entre edificações de lugares diferentes na Amazônia se mostra na pequena variação que faz com que cada edificação seja única. Em Furo do Nazário, percebe-se que, à primeira vista, as edificações

QUADRO 5 – Análise de conexão de habitações em comunidade tradicional no Furo do Nazário.

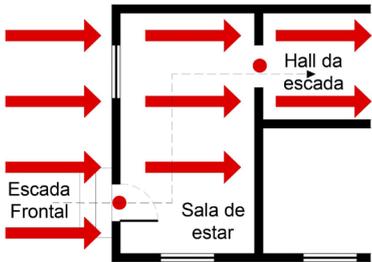
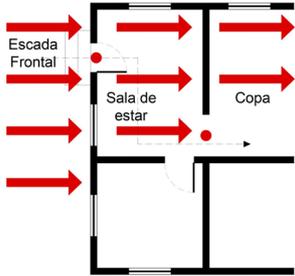
Elementos de conexão nas habitações em comunidades tradicionais da Amazônia		
Padrões de análise	Furo do Nazário (PA)	
	Casa 1	Casa 2
Hierarquia dos espaços abertos		
Gradiente de intimidade		
Variedade nos módulos de repetição		

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

podem ser consideradas iguais, ou seja, com varanda frontal delimitada por pilares, estiva em madeira para acesso à entrada principal, edificação do tipo palafita; mas um olhar mais atento, saindo da escala global para uma escala menor, possibilita perceber uma variação no posicionamento da estiva em relação ao ponto de entrada da varanda, no sentido do caimento do telhado, e detalhes no guarda-corpo diferentes em cada edificação (Quadro 6).

O mesmo pode ser observado em relação às edificações da Ilha de Sababa, e a mais evidente está na escolha do número de pavimentos, com casas térreas e de dois andares, mas um olhar mais atento revela diferenças, por exemplo, no material, no modelo e no número de degraus da escada de

QUADRO 6 – Análise de conexão de habitações em comunidade tradicional na Ilha de Sababa.

Elementos de conexão nas habitações em comunidades tradicionais da Amazônia		
Padrões de análise	Ilha de Sababa (MA)	
	Casa 1	Casa 2
Hierarquia dos espaços abertos		
Gradiente de intimidade		
Variedade nos módulos de repetição		

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

acesso à porta principal. A Casa 1 possui escada em madeira, com três degraus, já a Casa 2 possui escada em concreto, com dois degraus. A posição do banheiro em relação às duas casas também contribui na variação entre módulos que se repetem, pois, na Casa 1, o banheiro fica aos fundos da edificação, enquanto que, na Casa 2, fez-se a opção pela colocação do banheiro na lateral da habitação. A escolha do padrão de cores também as diferencia de forma coerente, tanto que uma casa optou por uma única cor, enquanto a outra faz opção por uma fachada com cores diferentes (*Quadro 6*).

Os espaços habitacionais das comunidades tradicionais da Amazônia se mostram um conjunto coerente e nada monótono, e muito disso se dá pelos

detalhes adicionados por cada morador, que faz com que cada casa seja única, ao expor a identidade e a personalidade daqueles que nela habitam. Mesmo assim, é possível identificar uma unidade no todo arquitetônico, com variáveis passíveis de sistematização para orientação sobre elementos caracterizadores desse tipo de arquitetura.

A necessidade de contato com o exterior e o descansar do corpo foram observados como aspectos relevantes aos usuários dos dois lugares. Seja descansando ao pé de uma árvore ou construindo espaços nos passeios, o ambiente destinado a essa finalidade precisa proporcionar o sentimento de segurança, de bem-estar e de apreciação da vida externa à casa. Esse espaço tem seu uso relacionado ao cotidiano da habitação. Todavia, apesar da necessidade de se manter contato com o que acontece fora da edificação, observou-se a necessidade das pessoas terem um controle dos espaços considerados por elas como privados e particulares. A representação espacial das habitações estudadas demonstrou escolhas peculiares na forma de controle dos níveis de intimidade para cada cômodo da casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo aponta a existência de subjetividades em torno do uso do espaço edificado e alerta sobre a importância de se considerar o entendimento que os usuários têm sobre determinadas configurações espaciais consideradas na literatura como ideais. Por isso, concordando com Alexander *et al.* (1977, 1979, 2002), deve-se reconhecer as pessoas como produtores dos lugares que habitam, de modo que os projetistas estejam dispostos a entender os motivos de se fazer determinadas espacialidades na arquitetura tradicional amazônica.

As propriedades fundamentais (ALEXANDER, 2002) apoiaram o entendimento sobre o uso da habitação tradicional na Amazônia, revelando semelhanças e contrastes que apontam a peculiaridade com que os espaços são entendidos e usados. Existem diferenças em cada lugar quanto ao modo como as pessoas se relacionam com os espaços internos e externos da habitação. As comunidades possuem práticas semelhantes que auxiliam na compreensão sobre os elementos de conexão entre as habitações tradicionais na Amazônia. Suas edificações mostraram módulos que comumente se repetem no espaço doméstico, ocorrendo de maneira inexata e relacionada às representações espaciais de cada morador, com uma organização hierárquica entre os espaços externos e internos à casa e controle gradual dos ambientes que eles mantêm como privativos. Elas assemelham-se também como elementos de expressão da identidade do morador, evidenciando a necessidade de pequenas variedades, mas mantendo uma identificação coerente do todo edificado.

Os elementos identificados no ambiente tradicional amazônico contribuem no que diz respeito às particularidades regionais, quando submetidas às produções formais, e esse entendimento amplia a reflexão sobre como não se pode interpretar uma edificação apenas a observando em sua forma, sendo

indispensável pensar como seus usuários entendem o uso das configurações que a compõe. Sendo assim, para uma compreensão mais aprofundada sobre as relações espaciais no uso da arquitetura tradicional amazônica, faz-se necessário ampliar a abordagem e conversar com aqueles que decidem sobre ela, pois eles são os mesmos que dela farão uso.

A defesa de uma teoria fundamentada na realidade recai sobre a compreensão dessa arquitetura, pois ela está carregada de informações sobre o modo de vida de uma população. Ela expressa, em sua espacialidade, cada pensamento e identificação daqueles que fazem de sua execução uma tradição. De forma simples, ela revela a vida por trás da sua própria existência, e é a expressão de como o usuário se relaciona com seus espaços, consigo mesmo, com o outro e com o entorno, ou melhor, de como se dá o cotidiano nessa edificação.

O habitante que tradicionalmente constrói seu espaço de morar na Amazônia compreende as temporalidades e sazonalidades comuns a esse território. Ele toma decisões relacionadas à sua própria necessidade espacial de uso, e sua execução emoldura-se do conhecimento herdado e do respeito à territorialidade em que está inserido. Essas soluções são adequadas ao modo de vidas dessas comunidades, mesmo demonstrando diferenças em relação àquilo comumente empregado na prática da arquitetura.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, Edital 006/2018 – FAPESPA –, Convênio 010/2019, e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Pará.

NOTA

1. “A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM delimitada no Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. A região é composta por 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44º, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados à Amazônia Legal. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,749km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, C. *The nature of order: an essay on the art of building and the nature of the universe – book one: the phenomenon of life*. Berkeley: The Center for Environmental Structure, 2002.
- ALEXANDER, C. *The timeless way of building*. New York: Oxford University Press, 1979.
- ALEXANDER, C. *et al.* *A pattern language: towns, buildings, constructions*. New York: Oxford University Press, 1977.
- ALEXANDER, C. *et al.*; tradução: Alexander Salvaterra; revisão técnica: Doris Catharine Cornelie Knaz Kowaltowski, Raquel Regina Martini Paula Barros. *Uma linguagem de padrões: a Pattern Language*. Porto Alegre: Bookman, 2013.

AMORIM, L. Forma e Espaço: da relação entre Composição Arquitetônica e Configuração Espacial à luz da "Lei Amorim". *Oculum Ensaios*, v. 16, n. 2, p. 311-333, 2019.

ANDERSON, A. B. et al. Um sistema agroflorestal na várzea do estuário amazônico (Ilha das Onças, município de Barcarena, estado do Pará). *Acta Amazônica*, v. 15, n. 1-2, p. 195-224, 1985.

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, v. 5, n. 1, p. 17-23, 2010.

CASTRO, E. Belém do Grão-Pará: de águas e de mudanças nas paisagens. In: STOLL, E. et al. (org.). *Paisagens evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos*. Belém: NAEA, 2019. p. 163-192.

CORREIA FILHO, F. L. *Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão: Relatório Diagnóstico do município de Turiaçu*. Teresina: CPRM, 2011.

DATAIMESC. *Painel de Indicadores: Turiaçu*. 2020. Disponível em: <http://dataimesc.imesc.ma.gov.br/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

FERREIRA, P. *Prevalência e fatores de risco associados à infecção pelo vírus Hepatite e em duas comunidades ribeirinhas do estado do Pará, norte do Brasil*. 2016. Dissertação (Mestrado em Patologia das Doenças Tropicais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

GROAT, L.; WANG, D. *Architectural Research Methods*. 2. ed. New Jersey: Wiley, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Baía de Guajará: Mercado Ver-o-Peso*: Belém (PA). 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=42473>. Acesso em: 18 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Amazônia Legal*. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 7 dez. 2020.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. *Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão: proposta avançada*. 2018. Disponível em: https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/Proposta-IMESC_22-Regiões-de-Desenvolvimento-do-Estado-do-Maranhão-2018.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.

KRETZER, G.; SABOYA, R. T. Tipos arquitetônicos e diversidade de usos do solo: uma análise em duas escalas. *Oculum Ensaios*, n. 17, p. 1-21, 2020.

LIFSCHITZ, J. A. *Comunidades tradicionais e neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

LOUREIRO, J. J. P. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. 5. ed. Manaus: Editora Valer, 2015.

LOUREIRO, V. R. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. *Revista Direito GV*, v. 8, n. 2, p. 527-552, 2012.

LOUREIRO, V. R. *Amazônia: estado, homem, natureza*. Belém: CEJUP, 1992.

MATOS, S. *Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

MENEZES, T. M. S. *Referências ao projeto de arquitetura pelo tipo palafita amazônico na Vila da Barca (Belém-PA)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MENEZES, T. M. S.; PERDIGÃO, A. K. A. V.; PRATSCHKE, A. O tipo palafita amazônico: contribuições ao processo de projeto de arquitetura. *Oculum Ensaios*, v. 12, n. 2, p. 237-254, 2015.

PERDIGÃO, A. K. A. V. Tipo e tipologia na palafita amazônica da cidade de Afuá. *V!RUS*, n. 13, 2016.

SALINGAROS, N. A. Why monotonous repetition is unsatisfying. *Meandering Through Mathematics*, v. 2, p. 1-12, 2011.

STOLL, E. et al. Etnografar as “paisagens evanescentes” da Amazônia. In: ALENCAR, E. et al. (org.). *Paisagens evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos*. Belém: Naea, 2019.

TORRES, D. G. *A Ictiofauna e a atividade pesqueira na Ilha das Onças, Barcarena – Pará*. 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. *Terceira Margem: Amazônia*, v. 1, n. 1, p. 171-183, 2012.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. et al. Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia Ribeirinha: mudanças e permanências a jusante do rio Tocantins. *ACTA Geográfica*, p. 117-133, 2011.

IZABEL CRISTINA MELO DE OLIVEIRA NASCIMENTO

 0000-0003-3448-6013 | Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Belém, PA, Brasil.

ANA KLÁUDIA DE ALMEIDA VIANA PERDIGÃO

 0000-0003-0668-8603 | Universidade Federal do Pará | Instituto de Tecnologia | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Belém, PA, Brasil | Correspondência para/ *Correspondence to*: A. K. PERDIGÃO | *E-mail*: klaudiaufpa@gmail.com

COLABORADORES

I. C. M. O. NASCIMENTO e A. K. A. V. PERDIGÃO colaboraram igualmente nas etapas de redação, concepção, análise e interpretação dos dados, revisão e aprovação da versão final do artigo.

COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

NASCIMENTO, I. C. M. O.; PERDIGÃO, A. K. A. V. Interpretação socioespacial em comunidades tradicionais na Amazônia pela teoria de Christopher Alexander. *Oculum Ensaios*, v. 20, e235271, 2023. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v20e2023a5217>

RECEBIDO EM

31/12/2020

APROVADO EM

28/4/2022

EDITORES RESPONSÁVEIS

Jonathas Magalhaes e
Renata Baesso